



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA) SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD) CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS - CFP/PMPA/2020

EDITAL Nº 01-CFP/PMPA/SEPLAD-, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020.

CFP/PMPA 201 – MASCULINO

Tipo "A"

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões da prova objetiva contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta; e
 - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A persistência é o caminho do êxito.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva e o caderno de provas, bem como retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador do local de provas.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

RACIOCÍNIO LÓGICO
Questões de 1 a 6

QUESTÃO 1 _____

Suponha que um extrato do relatório de crimes violentos letais intencionais (CVLI) do estado do Pará apresente os dados a seguir.

CVLI	2018	2019	Variação percentual
Homicídio doloso	180	198	x
Latrocínio	150	180	y

Qual é o valor da soma $x + y$?

- (A) 10%
- (B) 20%
- (C) 30%
- (D) 40%
- (E) 50%

QUESTÃO 2 _____

Qual das proposições a seguir apresenta a negação da proposição composta: “O Sgt PM J. B. está na ronda ostensiva e o Sgt PM B. J. está de sargento de dia.”?

- (A) O Sgt PM J. B. não está na ronda ostensiva e o Sgt PM B. J. não está de sargento de dia.
- (B) O Sgt PM J. B. não está na ronda ostensiva ou o Sgt PM B. J. não está de sargento de dia.
- (C) O Sgt PM J. B. está na ronda ostensiva ou o Sgt PM B. J. está de sargento de dia.
- (D) Se o Sgt PM J. B. está na ronda ostensiva, então o Sgt PM B. J. não está de sargento de dia.
- (E) O Sgt PM J. B. está na ronda ostensiva se, e somente se, o Sgt PM B. J. estiver de sargento de dia.

QUESTÃO 3 _____

Suponha que, em determinada cidade, o Batalhão Metropolitano da Polícia Militar possui seis companhias; cada uma dessas companhias possui cinco pelotões e cada um desses pelotões possui seis destacamentos. Quantos destacamentos possui o Batalhão Metropolitano?

- (A) 17
- (B) 120
- (C) 150
- (D) 180
- (E) 200

Área livre

QUESTÃO 4 _____

Se o Ten PM J. B. está de serviço de oficial-de-dia, então o Sgt PM B. J. não está de serviço de adjunto ao oficial-de-dia. Se o Sgt PM B. J. não está de serviço de adjunto ao oficial-de-dia, então o Sd PM J. J. não está na ronda ostensiva. Se o Sd PM J. J. não está na ronda ostensiva, então o cabo PM B. B. não está de motorista de dia.

Se o cabo PM B. B. está de motorista de dia, é correto concluir que o

- (A) Sgt PM B. J. não está de serviço de adjunto ao oficial-de-dia.
- (B) Ten PM J. B. não está de serviço de oficial-de-dia.
- (C) Sd PM J. J. não está na ronda ostensiva.
- (D) Ten PM J. B. está de serviço de oficial-de-dia e o Sd PM J. J. não está na ronda ostensiva.
- (E) Ten PM J. B. está de serviço de oficial-de-dia.

QUESTÃO 5 _____

Para o hasteamento da Bandeira Nacional na formatura matinal do 7º Batalhão de Polícia Motorizada, serão escalados um sargento entre os 12 do batalhão e um cabo entre os 20 do batalhão. Qual é a probabilidade de o Sgt PM J. B. e o cabo PM B. J., que estão lotados no 7º Batalhão de Polícia Motorizada, serem escalados para o hasteamento do Pavilhão Nacional?

- (A) $\frac{1}{120}$
- (B) $\frac{1}{240}$
- (C) $\frac{1}{60}$
- (D) $\frac{1}{30}$
- (E) $\frac{1}{20}$

QUESTÃO 6 _____

Considere a seguinte proposição: no dia de Natal, o SD PM J. B. estará de serviço ou não estará de serviço. Do ponto de vista da lógica sentencial, a proposição apresentada é

- (A) uma contingência.
- (B) uma contradição.
- (C) um silogismo.
- (D) uma tautologia.
- (E) uma equivalência.

Área livre

Texto 1 para responder às questões de 7 a 9.

1 Assistimos, nos últimos anos, à mercê de um
fantástico avanço tecnológico, a um processo acelerado de
transformações que provocaram a criação de um novo
4 paradigma social, marcado pela extraordinária capacidade
de expansão e pela alta voltagem político-social. Nesse novo
tipo societário, desenvolveram-se também “novas” formas
7 de criminalidade. A paisagem e o ambiente que marcam
essa sociedade, ante a nova onda que se agita no mar social,
é a criminalidade, e, por consequência, o medo ou o temor.

10 O crime adquiriu uma grande capacidade de
diversificação, organizando-se estrutural e economicamente
para explorar campos diversos, como crimes econômicos e
13 financeiros, crimes ligados à tecnologia, crimes contra o
ambiente, crimes de tráfico internacional de substâncias
entorpecentes, de armas, de pornografia, de prostituição de
16 menores, de terrorismo, de contrabando, de comércio de
pessoas ou de partes do corpo, de espionagem industrial, de
evasão fiscal, entre outros.

19 Nesse cenário, as grandes construções institucionais e
a concentração de poder provocam o declínio dos estados e
um mundo diferenciado, onde proliferam as redes. A
22 criminalidade deixa de situar-se à margem da sociedade,
já que está em todo o lado, sendo o seu maior flagelo a
criminalidade organizada, a principal responsável por uma
25 política criminal que tende a reduzir-se a uma “política
criminal de segurança”.

A repressão da criminalidade organizada e o apoio,
28 na opinião pública, que essa repressão merece caucionam
uma repressão muito abrangente. A mistura de dois tipos de
criminalidade, a organizada e a de massa, vicia os dados da
política criminal. O consenso obtido na luta contra a
31 criminalidade grave permite justificar um endurecimento
cego e generalizado da punição. A criminalidade grave, de
34 feitos danosos, incita um discurso de encurtamento de
direitos, liberdades e garantias do delinquente, dando a
entender que é inconciliável o respeito pelos direitos
37 fundamentais com a eficácia da perseguição desse tipo de
criminalidade. Nesse cenário, o apelo à intervenção
socializadora do Estado sobre o delinquente ou a invocação
40 dos direitos fundamentais afigura-se como algo anacrônico e
pueril. A política criminal tende a reduzir-se, como já fora
42 afirmado, a uma “política de segurança”.

Disponível em: <<https://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2018/06/edicao21.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2020, com adaptações.

QUESTÃO 7

No que se refere à estrutura e à organização do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com as ideias da autora, nos parágrafos de introdução e desenvolvimento, a criminalidade está hoje à mercê de um avanço tecnológico que gera medo e temor.
- (B) No último parágrafo, a autora utiliza-se de linguagem mais direta para concluir o texto injuntivo, em que pretende convencer o leitor de que as punições aos crimes graves devem ser severas.

- (C) Embora bem escrito, o texto apresenta apenas proposição e desenvolvimento, uma vez que não expõe ideia conclusiva acerca da relação ambiência tecnológica e criminalidade.
- (D) O parágrafo introdutório contextualiza as circunstâncias sociais em que se desenvolve a criminalidade nos últimos tempos, utilizando-se de linguagem, às vezes, não literal.
- (E) O texto, organizado em quatro parágrafos, apresenta estrutura completa, com proposição, desenvolvimento e conclusão em relação aos crimes praticados no meio urbano.

QUESTÃO 8

Mantendo-se o sentido original e a correção do texto quanto à regência e à pontuação, o trecho “Assistimos, nos últimos anos, à mercê de um fantástico avanço tecnológico, a um processo acelerado de transformações que provocaram a criação de um novo paradigma social” (linhas de 1 a 4) poderia ser substituído por

- (A) À mercê de um fantástico avanço tecnológico, presenciamos, atualmente, a um processo de alterações sociais que geraram um novo modelo de sociedade.
- (B) Nos últimos anos à mercê de um fantástico avanço tecnológico, testemunhamos a um processo acelerado de transformações que provocaram a criação de um novo modelo social.
- (C) Participamos, nos últimos anos à mercê de um fantástico avanço tecnológico de um processo acelerado de transformações que provocaram a criação de um novo paradigma social.
- (D) Acompanhamos nos últimos tempos, à mercê de um fantástico avanço tecnológico a um processo veloz de transformações que provocaram a criação de um novo paradigma social.
- (E) Nos últimos anos, à mercê de um fantástico avanço tecnológico, vemos um processo acelerado de transformações que provocaram a criação de um novo paradigma social.

QUESTÃO 9

A oração “já que está em todo o lado” (linha 23), relativamente à oração que a antecede, exprime uma ideia de

- (A) lugar.
- (B) explicação.
- (C) condição.
- (D) conclusão.
- (E) consequência.

Área livre

Texto 2 para responder às questões de 10 a 12.

PM prende suspeita de receptação de objetos roubados em Belém

1 Uma mulher foi detida, na manhã desta terça-feira, por policiais militares que atuam no 1º Batalhão (1º BPM), suspeita de receptação de objetos roubados, no bairro da
4 Sacramento, em Belém. Isso aconteceu após os militares receberem informações, por meio de denúncias anônimas, a respeito de uma dupla que estava em um veículo sem placa
7 e que havia escondido diversos objetos roubados em uma residência próxima ao canal da Pirajá.

Durante buscas no interior do imóvel, os policiais
10 encontraram cerca de 20 peças de roupas ainda com alarmes de lojas, aparelhos celulares novos, *notebooks*, uma televisão, joias e relógios. No momento das buscas, apenas
13 uma mulher estava na residência.

A suspeita foi presa e encaminhada na manhã seguinte, junto com todo o material apreendido, para a
16 Delegacia de Polícia Civil da Sacramento, em que foram
17 realizados os procedimentos cabíveis.

Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news>>. Acesso em: 7 jan. 2021, com adaptações.

QUESTÃO 10

No último parágrafo, em “A suspeita foi presa e encaminhada na manhã seguinte, junto com todo o material apreendido, para a Delegacia de Polícia Civil da Sacramento, em que foram realizados os procedimentos cabíveis.” (linhas de 14 a 17), a expressão “em que” poderia, sem alterar o sentido e nem promover incorreção ao texto, ser substituída por

- (A) **onde** porque se refere à “Delegacia de Polícia Civil da Sacramento”.
- (B) **quando** porque se refere à “manhã seguinte”.
- (C) **aonde** porque indica o lugar e o verbo “encaminhar” pede a preposição.
- (D) **nos quais** porque tem que concordar com “os procedimentos cabíveis”.
- (E) **no qual** porque local é um referente semântico masculino.

QUESTÃO 11

De acordo com o texto, a mulher que foi detida no bairro da Sacramento, em Belém, na manhã de terça-feira, foi considerada suspeita de receptação de objetos roubados

- (A) por estar com uma dupla de amigos, em um veículo sem placa, escondendo diversos objetos roubados.
- (B) durante buscas no interior do seu imóvel, onde os policiais encontraram cerca de 20 peças de roupas ainda com alarmes de lojas, aparelhos celulares novos, *notebooks*, uma televisão, joias e relógios.
- (C) e presa com todo o material apreendido, na manhã seguinte, operação que se originou após denúncias anônimas a respeito de uma dupla que estava em um veículo sem placa.
- (D) e encaminhada, na mesma hora, para serem realizados os procedimentos cabíveis, à Delegacia de Polícia Civil da Sacramento.
- (E) por ser flagrada, no momento das buscas, escondendo diversos objetos roubados em parceria com uma dupla de criminosos.

QUESTÃO 12

Caso a forma verbal “aconteceu” fosse substituída por um sinônimo, em “Isso aconteceu após os militares receberem informações, por meio de denúncias anônimas, a respeito de uma dupla que estava em um veículo sem placa e que havia escondido diversos objetos roubados em uma residência próxima ao canal da Pirajá.” (linhas de 4 a 8), a norma-padrão seria mantida em

- (A) **ocorre.**
- (B) **deu-se.**
- (C) **houvera.**
- (D) **deu-se ou se deu.**
- (E) **se deu.**

Área livre

Texto 3 para responder às questões de 13 a 16.

A justiça restaurativa

1 A conceitualização inicial da justiça restaurativa
iniciou-se na década de 1970 do século passado. A
discussão desse novo paradigma se estabeleceu,
4 principalmente, nos Estados Unidos, com uma pequena rede
de acadêmicos e práticos na Europa.

O movimento em prol da justiça restaurativa
7 reconhece que o crime atinge a vítima, a comunidade e o
autor do delito. A justiça restaurativa considera que, para
combater com êxito os efeitos do crime, devem ser
10 atendidas as necessidades das vítimas individuais e das
comunidades. Ademais, pondera que se deve dar aos autores
de delitos a oportunidade de responderem, perante suas
13 vítimas, de forma significativa e de responsabilizarem-se
pela reparação do dano que tenham causado. Entende que a
mera recepção de uma pena constitui um ato passivo, e não
16 requer que aqueles se conscientizem de suas
responsabilidades.

A justiça restaurativa estima que se deve oferecer-lhes
19 a oportunidade de emendar seus erros e de redimir-se ante a si
mesmos e à comunidade. Entende que, se não se oferecem
tais oportunidades, tanto os ofensores quanto as suas
22 próximas vítimas, e a comunidade, todos pagarão um preço.
A noção de justiça restaurativa sustenta que, quando se
comete um ato delituoso, o transgressor incorre na obrigação
25 de reparar a vítima e, por extensão, a comunidade.

A noção de reparação, de serviço comunitário e de
mediação autor-vítima instam aquele a se dar conta das
28 consequências de seus atos em prejuízo das vítimas, e o
motiva a tomar vias de atuação para lograr emendar tais
consequências para as vítimas e a comunidade. O papel do
31 sistema judicial deve consistir em prover recursos para
assegurar que os autores dos delitos paguem às vítimas e
cumpram outros requerimentos de reparação como bases
34 prioritárias do programa. Busca-se, com isso, uma prática
eficiente, justa e significativa da justiça restaurativa e um
36 aumento de respostas às necessidades das vítimas.

Disponível em: <<https://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2018/06/edicao21.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2020, com adaptações.

QUESTÃO 13

Em “A noção de reparação, de serviço comunitário e de mediação autor-vítima instam aquele a se dar conta das consequências de seus atos em prejuízo das vítimas, e o motiva a tomar vias de atuação para lograr emendar tais consequências para as vítimas e a comunidade.” (linhas de 26 a 30), a palavra sublinhada poderia ser substituída por

- (A) arrefecem.
- (B) encorajam.
- (C) intimidam.
- (D) esmorecem.
- (E) desiludem.

Área livre

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa em que o termo sublinhado exerce a mesma função sintática que o pronome relativo “que” no trecho “Ademais, pondera que se deve dar aos autores de delitos a oportunidade de responderem, perante suas vítimas, de forma significativa e de responsabilizarem-se pela reparação do dano que tenham causado.” (linhas de 11 a 14).

- (A) “A conceitualização inicial da justiça restaurativa iniciou-se na década de 1970 do século passado.” (linhas 1 e 2).
- (B) “Entende que, se não se oferecem tais oportunidades, tanto os ofensores quanto as suas próximas vítimas, e a comunidade, todos pagarão um preço.” (linhas de 20 a 22).
- (C) “Ademais, pondera que se deve dar aos autores de delitos a oportunidade de responderem, perante suas vítimas, de forma significativa” (linhas de 11 a 13).
- (D) “O movimento em prol da justiça restaurativa reconhece que o crime atinge a vítima, a comunidade e o autor do delito.” (linhas de 6 a 8).
- (E) “Busca-se, com isso, uma prática eficiente, justa e significativa da justiça restaurativa e um aumento de respostas às necessidades das vítimas.” (linhas de 34 a 36).

QUESTÃO 15

Em “Entende que, se não se oferecem tais oportunidades, tanto os ofensores quanto as suas próximas vítimas, e a comunidade, todos pagarão um preço.” (linhas de 20 a 22), a oração sublinhada apresenta, em relação ao trecho intercalado, circunstância de

- (A) condição.
- (B) concessão.
- (C) finalidade.
- (D) causa.
- (E) conformidade.

QUESTÃO 16

Conforme as ideias veiculadas no texto, no que diz respeito ao conceito de justiça restaurativa, compreende-se que

- (A) um crime atinge não só as vítimas, como, principalmente, os próprios autores dos delitos e, por isso, eles não devem ser responsabilizados.
- (B) o transgressor tem obrigação de reparar a vítima quando comete um ato delituoso para aprender a se responsabilizar pelos seus atos em relação a outros indivíduos, mas não em relação à sociedade em geral.
- (C) a sociedade civil busca, assim, uma prática eficiente para resolver a criminalidade, uma vez que a justiça não responsabiliza os indivíduos pelos seus crimes, apenas pune.
- (D) oferecer às vítimas um ressarcimento de seus bens materiais e aos autores de delitos a oportunidade de emendar seus erros prestando serviços às vítimas é uma forma de a sociedade redimir-se de sua falta de estrutura.
- (E) os ofensores, as suas vítimas e a comunidade, todos, em geral, são atingidos pelos efeitos dos crimes.

QUESTÃO 17

A questão agrária na Amazônia apresenta várias dimensões, como concentração de terras, problemas sociais, conflitos sociais e agrários e camponeses sem terra. A consequência natural e que reflete melhor as várias dimensões da questão agrária no Brasil é o (a)

- (A) aumento das migrações, o êxodo rural.
- (B) demarcação das terras para indígenas e agricultores.
- (C) retirada dos grileiros da região amazônica.
- (D) fim das queimadas ilegais na região amazônica.
- (E) redução das fronteiras agrícolas na Amazônia.

QUESTÃO 18

Na região amazônica, os seringueiros, confrontados com a expansão da criação de gado e com a transferência de títulos de propriedade da floresta em que trabalhavam, criaram um método de resistência que alcançava resultados cada vez melhores, o empate.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane. *História em debate*. vol.1. 4. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016, com adaptações

Com base nessas informações, o movimento denominado empate é melhor representado pela (o)

- (A) criação de grupos de guerrilhas para eliminar os latifundiários.
- (B) fim da exploração comercial da borracha amazônica.
- (C) formação de partido político para enfrentar os latifundiários.
- (D) defesa coletiva de um modo de vida constituído de lutas.
- (E) treinamento de brigadas de incêndio para combater o fogo na floresta.

QUESTÃO 19

O Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), como órgão do governo encarregado do recrutamento e do encaminhamento de nordestinos para a Amazônia, teve como determinantes primários para a sua proposição iconográfica a economia de guerra e a obtenção de

- (A) ouro.
- (B) prata.
- (C) borracha.
- (D) ferro.
- (E) madeira.

QUESTÃO 20

Vir a Belém e não visitar o Ver-o-Peso é como ir a Roma e não ver o Papa, disse um vendedor de peixe ao ser entrevistado durante o Inventário Cultural, realizado pela Fundação Cultural de Belém (2000).

ALMANAQUE Brasil Socioambiental 2008.
Instituto Socioambiental (ISA), p. 93.

Acerca da importância histórica e cultural do mercado Ver-o-Peso, assinale a alternativa correta.

- (A) Seu conjunto arquitetônico e paisagístico foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- (B) Foi construído em meados do século 20, no período da Segunda Guerra Mundial.
- (C) Recebeu a denominação Ver-o-Peso pelo presidente Getúlio Vargas, em visita a Belém.
- (D) Atualmente ficou restrito a um simples mercado de peixes, sem nenhum valor histórico.
- (E) Ao longo do tempo, quase não sofreu modificações em sua estrutura física, mantendo as características originais da época de sua edificação.

QUESTÃO 21

Hoje em dia, o crescimento de alguns polos de plantio de soja na região de Santarém e de Marabá e Redenção, no Pará, reflete a implementação de políticas estaduais de incentivo a plantios comerciais fora das áreas de expansão dessa cultura nos cerrados de Mato Grosso, Tocantins e de Balsas, no sul do Maranhão e do Piauí.

Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15976-fronteira-agricola-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 27 dez. 2020, com adaptações.

As políticas de incentivo ao cultivo da soja no estado do Pará desencadeiam mudanças estruturais que exercem fortes pressões na fronteira agrícola amazônica. Assinale a alternativa que corresponde a uma dessas alterações estruturais.

- (A) Desaparecimento de pequenas e médias cidades situadas na fronteira amazônica.
- (B) Diminuição dos investimentos em infraestrutura por parte do governo local.
- (C) Fortalecimento de um setor agropecuário local mais articulado com o mercado nacional.
- (D) Retração crescente das atividades agroindustriais.
- (E) Redução da atividade comercial na região da fronteira amazônica.

QUESTÃO 22

Após atuação proposta pelo estado do Pará, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 133/2020, que trata a respeito do acordo entre a União e os estados para o ressarcimento de perdas de arrecadação, em decorrência do que determinou a Lei Kandir, de 1996, foi aprovado pela Câmara dos Deputados na segunda-feira (14/12/2020) e agora segue para a sanção presidencial.

Disponível em: <<https://www.agenciapara.com.br/noticia/23999>>. Acesso em: 28 dez. 2020, com adaptações.

A Lei Kandir isentou os estados do pagamento de impostos sobre produtos primários e semi-industrializados destinados à exportação. Nesse caso, os estados estão isentos de pagar o

- (A) PIS.
- (B) Cofins.
- (C) INSS.
- (D) ICMS.
- (E) IRPJ.

QUESTÃO 23

Representantes das prefeituras de mais de 80 municípios paraenses conheceram, no dia 21 de março de 2018, as duas novas ferramentas disponibilizadas pelo estado para a gestão ambiental compartilhada: o Sistema de Alerta do Desmatamento automatizado da Lista do Desmatamento Ilegal (LDI) e a Plataforma Simples Ambiental. Os sistemas fazem parte da estratégia de fortalecimento da gestão ambiental e combate ao desmatamento ilegal no Pará, executada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e pelo Programa Municípios Verdes (PMV).

Disponível em: <<http://www.municipiosverdes.pa.gov.br/blogs/ler/noticias/prefeituras-de-80-municipios-conhecem-novas-ferramentas-de-combate-ao-desmatamento>>. Acesso em: 28 dez. 2020, com adaptações.

Em relação à política de combate ao desmatamento promovida pelo governo do estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- (A) O estado do Pará ampliou os investimentos em tecnologias de monitoramento e em ferramentas de gestão ambiental.
- (B) As autorizações de licenciamento ambiental passam a ser restritas aos órgãos da esfera federal.
- (C) Os programas de combate ao desmatamento no Pará não preveem o reflorestamento, a restauração e a regeneração florestal.
- (D) A Semas decidiu suspender, a partir de 2020, todas as licenças ambientais pelo período de 15 anos.
- (E) O governo estadual isentou os produtores rurais do pagamento de multas em decorrência do desmatamento florestal.

QUESTÃO 24

A maior parte da água doce disponível no Brasil está concentrada na região amazônica. Apesar de ser um importante recurso natural, a água tornou-se um dos principais destinos dos resíduos produzidos pelas sociedades humanas. Entre os diferentes tipos de poluentes lançados diariamente nos rios da região amazônica, assinale a alternativa que se refere ao processo de eutrofização.

- (A) Quando o rio é utilizado em atividades de ecoturismo.
- (B) Sempre que ocorrem o transporte e o acúmulo de areia de solo desprendido de erosões.
- (C) Quando ocorre o alargamento das margens do rio após a retirada da mata ciliar.
- (D) Por ocasião da pesca legal, que diminui a quantidade de peixes no rio.
- (E) Quando há o aumento de compostos nutrientes nas águas, por meio do despejo de esgotos, restos de alimentos e fertilizantes.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Questões de 25 a 28

QUESTÃO 25

Um indivíduo, com a intenção de matar, dispara contra uma jovem, que é imediatamente socorrida por familiares, vindo a óbito 15 dias depois. Nesse período, entrou em vigor uma lei tornando mais severa a punição do crime de homicídio. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O atirador deve responder pelo crime de homicídio, com a pena em vigor na data da morte da vítima.
- (B) O atirador deve responder pelo crime de tentativa de homicídio, com a pena em vigor na data da morte da vítima.
- (C) O atirador deve responder pelo crime de homicídio, com a pena em vigor na data da conduta criminosa, independentemente do momento do resultado.
- (D) O atirador deve responder pelo crime de tentativa de homicídio, com a pena em vigor na data da conduta criminosa, independentemente do momento do resultado.
- (E) Ao juiz responsável pelo caso cabe decidir a lei penal a ser aplicada, uma vez que a legislação brasileira adotou expressamente, no próprio Código Penal, a teoria mista ou da ubiquidade.

QUESTÃO 26

Em conformidade com a parte geral do Código Penal, caracterizam-se como causas excludentes de ilicitude a (o)

- (A) estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular de um direito.
- (B) emoção e a paixão.
- (C) inimputabilidade por idade de 18 anos e a embriaguez, voluntária ou culposa, por álcool ou substância de efeitos análogos.
- (D) coação física e moral irresistíveis.
- (E) consentimento do ofendido e a doença mental ou o desenvolvimento mental incompleto ou retardado, quando o agente era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar de acordo com esse entendimento.

Área livre

QUESTÃO 27

Com relação ao momento consumativo do crime de roubo, é pacífica a jurisprudência no sentido de que

- (A) se consuma o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo imprescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.
- (B) não se admite a consumação do crime de roubo em caso de perseguição imediata do agente por policiais militares.
- (C) não se admite a consumação do crime de roubo em caso de recuperação da coisa roubada.
- (D) a consumação do crime de roubo pressupõe a posse mansa e pacífica da coisa subtraída.
- (E) se consuma o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

QUESTÃO 28

Considere hipoteticamente que determinada pessoa jurídica, ao explorar a sua atividade econômica, causa um grande desastre ambiental, comprometendo diversas espécies da fauna local, além de acarretar a morte de vários moradores do município, por falta de manutenção de seus equipamentos de prevenção, situação que era de pleno conhecimento de todo o seu corpo diretivo.

Com base apenas nas informações apresentadas e na legislação pertinente com relação ao tema infração penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, não é possível a responsabilização da pessoa jurídica criminalmente, mesmo em casos de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.
- (B) A Constituição Federal prevê, expressamente, que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (C) A pessoa jurídica não pode ser considerada, em nenhuma hipótese, sujeito ativo de uma infração penal, embora possa ser sujeito passivo.
- (D) O ordenamento jurídico brasileiro expressamente prevê que, realizada a reparação civil dos danos, não poderia a pessoa jurídica ser responsabilizada penalmente por condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente.
- (E) O atual ordenamento jurídico impede que entes sem personalidade jurídica sejam sujeitos passivos de infrações penais.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questões de 29 a 32

QUESTÃO 29

Com relação à ação penal e a suas espécies, assinale a alternativa correta.

- (A) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, de forma incondicionada, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- (B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação estará sempre extinto, não podendo, assim, passar ao cônjuge, ao ascendente, ao descendente ou ao irmão.
- (C) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação se não o exercer dentro do prazo de um ano, contado, como regra geral, do dia em que registrar a ocorrência policial.
- (D) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- (E) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é privada.

QUESTÃO 30

A respeito das prisões e do *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- (A) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
- (B) Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade local, que, depois de lavrado, se for o caso, o auto de flagrante, providenciará a remoção do preso.
- (C) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo recolhido à penitenciária mais próxima.
- (D) A prisão preventiva decretada pelo juiz somente é cabível na fase do inquérito policial.
- (E) Toda e qualquer arguição de coação ilegal concernente à liberdade de ir e vir deve ser feita por meio de *habeas corpus* impetrado, sempre, originariamente junto ao Supremo Tribunal Federal, independentemente de quem seja a respectiva autoridade coatora.

Área livre

QUESTÃO 31

No caso de, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será, como regra,

- (A) determinada segundo a livre escolha do órgão do Ministério Público com atribuição.
- (B) do Supremo Tribunal Federal, sempre.
- (C) determinada pelo domicílio ou pela residência do réu.
- (D) do Superior Tribunal de Justiça, sempre.
- (E) determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

QUESTÃO 32

Quanto à prisão temporária, assinale a alternativa correta.

- (A) O despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de até 72 horas, contadas a partir da data da suposta infração investigada.
- (B) A prisão temporária poderá, excepcionalmente e diante da gravidade do caso, ser executada independentemente da expedição de mandado judicial.
- (C) Por expressa disposição legal, os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.
- (D) Exclui-se o dia do cumprimento do mandado de prisão no cômputo do prazo de prisão temporária.
- (E) A decretação da prisão temporária pelo juiz competente pressupõe, sempre, pelo menos o recebimento da denúncia contra o acusado.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR

Questões de 33 a 36

QUESTÃO 33

Entre os crimes contra a administração militar, o Código Penal Militar prevê o crime militar de peculato, o qual se caracteriza quando o agente pratica a conduta de

- (A) apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.
- (B) apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza.
- (C) subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.
- (D) exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- (E) exigir imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

QUESTÃO 34

Considere hipoteticamente que, em 11 de junho de 2020, o PM Cabo J. C. e o soldado G. B. iniciaram o serviço de policiamento ostensivo. Ao notarem que a viatura, a qual conduziam, estava abastecida com 80 litros de gasolina, de comum acordo, resolveram seguir para o Posto Caveira, localizado em uma BR próxima, para retirarem parte da gasolina da viatura, vendê-la por R\$ 3,00 o litro e dividirem o lucro que auferissem com a venda. Enquanto enchiam o galão, foram surpreendidos pelo Capitão A. R., o qual lhes deu voz de prisão pela prática do crime militar de furto qualificado, previsto no art. 240, § 6º, incisos II e IV, todos do Código Penal Militar (CPM).

Com base no fato descrito e nas regras previstas para o concurso de agentes no CPM, assinale a alternativa correta.

- (A) O PM Cabo J. C. deve ter a pena agravada e, portanto, maior que a aplicada ao soldado G. B., porque coagiu este a cometer o crime.
- (B) O PM Cabo J. C. deve ter a pena reduzida e, portanto, menor que a aplicada ao soldado G. B., porque a participação dele no crime é de somenos importância.
- (C) O ajuste entre o PM Cabo J. C. e o soldado G. B. não é punível porque o crime não foi consumado.
- (D) O fato descrito caracteriza crime de autoria coletiva necessária; logo, o PM Cabo J. C. deve ser considerado o mentor e receber pena maior que a aplicada ao soldado G. B..
- (E) O PM Cabo J. C. e o soldado G. B. agiram em coautoria e, segundo o CPM, quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas.

Área livre

QUESTÃO 35

Com base no art. 98 do Código Penal Militar, assinale a alternativa que indica penas acessórias.

- (A) Detenção.
- (B) Morte.
- (C) Perda da função pública, ainda que eletiva.
- (D) Suspensão do exercício do posto, da graduação, do cargo ou da função.
- (E) Internação em manicômio judiciário.

QUESTÃO 36

A respeito do concurso de agentes, assinale a alternativa que corresponde a uma das hipóteses ao previsto no art. 53 e seus parágrafos, todos do Código Penal Militar.

- (A) Em regra, as circunstâncias de caráter pessoal se comunicam a todos aqueles que concorrem para a prática do crime militar.
- (B) Se um dos agentes participa da execução de crime militar em razão da promessa de pagamento de recompensa, sua pena será agravada.
- (C) O agente que instiga alguém sujeito à sua autoridade a cometer o crime terá sua pena atenuada.
- (D) Sempre será considerado “cabeça” o militar inferior hierárquico que instiga a ação, mesmo quando o crime militar for praticado por inferiores e oficiais.
- (E) A punibilidade de qualquer um dos concorrentes está ligada à dos demais, de modo que a absolvição de um dos réus resulta na absolvição de todos os demais.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Questões de 37 a 40

QUESTÃO 37

No que se refere às medidas preventivas e assecuratórias, de acordo com o previsto no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se preso preventivamente, conforme o art. 244 do Código de Processo Penal Militar, aquele que está cometendo crime ou acaba de cometê-lo.
- (B) A prisão em flagrante, segundo prevê o art. 255 do Código de Processo Penal Militar, deve fundar-se na garantia da ordem pública e na conveniência da instrução criminal.
- (C) A menagem cessa somente com a sentença condenatória transitada em julgado.
- (D) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente.
- (E) A prisão preventiva, conforme prevê o art. 260 do Código de Processo Penal Militar, é executada de ofício pela autoridade policial, independentemente da expedição de mandado judicial.

QUESTÃO 38

No interior de certa organização militar, o soldado M. V. estava dormindo no alojamento e colocou o respectivo celular para despertar às seis horas. Contudo, ao acordar, percebeu que seu celular já não estava mais em sua cama, restando apenas o carregador. Notada a ausência, o soldado M. V. participou o fato aos seus superiores, sendo instaurado inquérito policial militar (IPM) para apurar o furto. A portaria de instauração designou como encarregado do IPM o Capitão C. B. e, como escrivão, o Subtenente F. N.

Considerando o fato hipotético descrito e conforme as disposições contidas no Código de Processo Penal Militar para o IPM, assinale a alternativa correta.

- (A) Como não há indiciado preso, o Capitão C. B. deverá terminar o IPM no prazo máximo de 20 dias.
- (B) O Capitão C. B. deverá encerrar o IPM com minucioso relatório, no qual mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, da hora e do lugar onde ocorreu o fato delituoso.
- (C) O Capitão C. B. poderá ouvir qualquer das testemunhas por até oito horas consecutivas, sendo facultado a ela o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele tempo.
- (D) O Capitão C. B. poderá designar qualquer hora do dia e da noite para ouvir as testemunhas.
- (E) Todas as peças do inquérito serão, por ordem cronológica, reunidas em um só processado com as folhas numeradas, as quais deverão ser rubricadas pelo encarregado do IPM, Capitão C. B.

Área livre

QUESTÃO 39

Considere hipoteticamente que o Ministério Público Militar recebeu inquérito policial militar (IPM) relativo a furto de celular do soldado M. V., ocorrido no interior de determinado quartel. A prática do crime militar foi atribuída ao soldado S. L., o qual confessou o delito, acrescentando saber que o bem era de propriedade de outro militar e, ao final, restituiu o celular à vítima. Durante o IPM, o encarregado ouviu 20 testemunhas, as quais corroboraram a autoria e a prova do fato que constitui crime militar.

Com base no fato descrito e segundo as disposições contidas no Código de Processo Penal Militar (CPPM), assinale a alternativa correta.

- (A) No caso descrito, a ação penal depende de requisição, que será feita ao procurador-geral da Justiça Militar, pelo Ministério a que o agente estiver subordinado.
- (B) O Ministério Público não é obrigado a oferecer denúncia contra o soldado S. L. porque não estão presentes os requisitos do art. 30 do CPPM.
- (C) A denúncia oferecida pelo Ministério Público contra o soldado S. L. deverá conter o rol de testemunhas, no qual constarão, obrigatoriamente, as mesmas 20 ouvidas durante o IPM.
- (D) O CPPM permite que o Soldado M. V., em razão de ter o seu celular furtado, ingresse com ação penal militar privada contra o soldado S. L., a qual tramitará no juizado especial criminal.
- (E) Oferecida a denúncia contra o soldado S. L. pela prática do crime de furto, o Ministério Público não poderá desistir da ação penal, mas poderá, posteriormente, opinar pela absolvição quando entender que existem fundadas razões de fato ou de direito.

QUESTÃO 40

Entre as medidas preventivas e assecuratórias previstas pelo Código de Processo Penal Militar, é correto citar o (a)

- (A) desaforamento do processo e o sequestro.
- (B) conexão e a prisão.
- (C) denúncia e a menagem.
- (D) busca e a apreensão.
- (E) litispendência e o arresto.

Área livre

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL Questões de 41 a 44

QUESTÃO 41

Considere hipoteticamente uma vítima de violência doméstica e familiar, cujo companheiro, com quem divide a residência, seja o agressor. Diante das agressões sofridas e das ameaças proferidas pelo próprio companheiro, a vítima saiu da sua residência e foi procurar ajuda policial.

Com base no caso apresentado e nas disposições da Lei nº 11.340/2006, em relação às providências que a autoridade policial deverá tomar, assinale a alternativa correta.

- (A) Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
- (B) Em qualquer caso de violência doméstica no qual haja agressão física, a ofendida receberá escolta policial, em tempo integral, para evitar que a agressão se repita.
- (C) Após o registro da ocorrência, a ofendida não será ouvida na polícia, sendo encaminhada imediatamente para ser ouvida unicamente em juízo.
- (D) Após o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial remeter, no prazo de 72 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.
- (E) Encaminhar a ofendida para ser inquirida a respeito do fato, em virtude de a inquirição ser, obrigatoriamente, intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar, designado pela autoridade judiciária ou policial.

QUESTÃO 42

A Lei nº 10.741/2003, (Estatuto do Idoso), destina-se a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Para tanto, o referido diploma legal, entre tantas disposições, tipificou criminalmente algumas condutas, visando a melhor proteger os idosos.

A esse respeito, quanto aos crimes previstos na lei supracitada, assinale a alternativa correta.

- (A) Os crimes definidos na referida lei são de ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- (B) Aos crimes cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse seis anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995 e em todos os seus institutos.
- (C) Constitui crime, previsto no Estatuto do Idoso, deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente o idoso.
- (D) Constitui crime, previsto no Estatuto do Idoso, deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo, mesmo com risco pessoal, em situação de iminente perigo.
- (E) Constitui crime, previsto no Estatuto do Idoso, induzir pessoa idosa, mesmo que ela tenha discernimento de seus atos, a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente.

QUESTÃO 43

Levando em consideração as disposições da Lei nº 8.072/1990, assinale a alternativa que contenha crime definido, claramente, como hediondo.

- (A) Homicídio simples, cometido dolosamente por um indivíduo em face de outro.
- (B) Roubo, em que a vítima não sofre lesão corporal grave, nem morte, mas se encontra, no momento da ação criminosa, em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.
- (C) Furto praticado no período do repouso noturno.
- (D) Corrupção passiva.
- (E) Crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido.

QUESTÃO 44

A Lei nº 9.503/1997, que constituiu o Código de Trânsito brasileiro, dispõe uma série de normas e define determinadas condutas como crimes de trânsito. Nesse sentido, o art. 303 do referido diploma legal tipifica a prática de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.

No que tange às penas previstas para o crime supracitado e às demais normas constantes nessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) O fato de o agente estar conduzindo o veículo com a capacidade psicomotora alterada, em razão da influência de álcool, não altera, em hipótese nenhuma, a pena do aludido crime.
- (B) Quando a pena privativa de liberdade do referido crime for substituída por pena restritiva de direito, o juiz deverá aplicar a pena de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- (C) Quando a pena privativa de liberdade do referenciado crime for substituída por pena restritiva de direito, o juiz poderá aplicar a pena de limitação de fim de semana.
- (D) A pena do citado crime sempre será aumentada caso o agente esteja conduzindo o veículo acima do limite de velocidade previsto.
- (E) A pena privativa de liberdade do mencionado crime não poderá ser substituída por pena restritiva de direito, conforme dispõe a lei supracitada.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Questões de 45 a 48

QUESTÃO 45

De acordo com o que dispõe a Portaria Interministerial nº 4.226/2010, o uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da

- (A) legalidade, da reserva legal, da proporcionalidade, da razoabilidade e da prudência.
- (B) legalidade, da celeridade, da efetividade, da supremacia do poder público e da conveniência.
- (C) anterioridade, da ampla defesa, da razoabilidade, do contraditório e do devido processo legal.
- (D) legalidade, da necessidade, da proporcionalidade, da moderação e da conveniência.
- (E) impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da igualdade.

QUESTÃO 46

Considere hipoteticamente uma situação em que o uso da força pelo agente de segurança pública causou lesão de pessoas. Nesse caso, o agente de segurança pública envolvido deverá

- (A) garantir o livre trânsito de pessoas no local da ocorrência, como forma de restabelecer a normalidade de circulação na via.
- (B) realizar, por conta própria, perícia do lugar do evento.
- (C) comunicar o fato ao seu superior imediato e à autoridade competente.
- (D) impedir a assistência médica aos lesionados, visando à preservação da ordem pública.
- (E) preencher, de imediato, inquérito correspondente em relação ao uso da força.

QUESTÃO 47

No que tange aos direitos civis e políticos reconhecidos pelo Pacto de São José da Costa Rica, um dos principais tratados internacionais aos quais o Brasil aderiu ao longo da história, assinale a alternativa correta.

- (A) A prática de torturas, penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes é vedada pelo Pacto de São José da Costa Rica.
- (B) A pena de morte deve ser imposta em todos os países que fazem parte, atualmente, da Organização das Nações Unidas.
- (C) As penas privativas de liberdade têm por finalidade essencial a punição dos membros da família do delinquente.
- (D) A pessoa tem o direito de que se respeite sua vida desde o nascimento.
- (E) A pessoa acusada de um delito tem, presumidamente, sua culpa já reconhecida.

Área livre

QUESTÃO 48

Em relação às garantias judiciais mínimas previstas no Pacto de São José da Costa Rica, assinale a alternativa correta.

- (A) A pessoa acusada de um delito deverá depor contra si mesma perante o juiz ou tribunal.
- (B) A pessoa acusada de um delito deverá exercer sua defesa pessoalmente, sendo proibida a assistência de defensor.
- (C) O processo penal deverá ser sigiloso em todos os casos.
- (D) O acusado tem o direito de ser assistido gratuitamente por um tradutor ou intérprete, caso não compreenda ou não fale a língua do juízo ou tribunal.
- (E) A sentença será irrecurável em todos os casos.

Área livre

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Questões de 49 a 52

QUESTÃO 49

De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Pará, regido pela Lei Estadual nº 5.251/1985, assinale a alternativa correta.

- (A) O policial militar não detém responsabilidade integral pelas decisões que tomar e pelos atos que praticar.
- (B) A manutenção da ordem pública e a segurança da comunidade são deveres dos policiais militares.
- (C) O aprimoramento técnico-profissional não é considerado uma manifestação essencial do valor policial militar.
- (D) Ao policial militar da ativa é permitido atuar na gerência de sociedade empresarial.
- (E) Os policiais militares da ativa são impedidos de exercer, diretamente, a gestão dos próprios bens.

QUESTÃO 50

O Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará, instituído pela Lei Estadual nº 6.833/2006, aduz que a indignidade para o cargo é o (a)

- (A) inabilitação ao exercício funcional decorrente da falta de preparo técnico-profissional.
- (B) valor moral e social da instituição, representando o conceito do policial militar em sua amplitude social.
- (C) dever de o policial militar pautar sua conduta com correção de atitudes, como um profissional correto.
- (D) comprometimento com o fiel cumprimento da missão policial-militar.
- (E) ferimento a preceitos morais e éticos vinculados à conduta do policial militar.

QUESTÃO 51

No que se refere ao Decreto Federal nº 88.777/1983, que aprova o regulamento para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, a ação policial, exclusiva das polícias militares, em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, ou por viatura, objetivando a manutenção da ordem pública é denominada

- (A) controle operacional.
- (B) fiscalização.
- (C) policiamento ostensivo.
- (D) orientação operacional.
- (E) aprestamento.

Área livre

QUESTÃO 52

Quanto à Lei Estadual nº 5.251/1985, assinale a alternativa correta.

- (A) É direito do policial militar a garantia da patente quando oficial, em toda a sua plenitude, com as vantagens, as prerrogativas e os deveres a ela inerentes.
- (B) Ao policial militar que se julgar prejudicado é proibido interpor pedido de reconsideração, queixa ou representação contra ato administrativo de superior hierárquico.
- (C) A legislação estadual permite, em regra, que o policial militar acumule remuneração de inatividade.
- (D) O policial militar tem direito ao afastamento total do serviço por 30 dias, em razão de contrair núpcias.
- (E) Os filhos maiores de 21 anos de idade são considerados dependentes do policial militar.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Questões de 53 a 56

QUESTÃO 53

Após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, o presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio no caso de

- (A) preservação da ordem pública.
- (B) restabelecimento da ordem pública em razão de locais determinados atingidos por calamidades de grandes proporções na natureza.
- (C) restabelecimento imediato da paz social.
- (D) preservação da paz social em virtude de iminente instabilidade institucional.
- (E) declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

QUESTÃO 54

Conforme a Constituição Federal de 1988, a segurança pública constitui dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A esse respeito, de acordo com o texto constitucional de 1988, a execução de atividades de defesa civil é designada à (ao)

- (A) Polícia Federal.
- (B) Polícia Rodoviária Federal.
- (C) Corpo de Bombeiros Militar do Estado.
- (D) Polícia Militar.
- (E) Polícia Ferroviária Federal.

QUESTÃO 55

Segundo a Constituição do Estado do Pará, a eleição do governador e do vice-governador do estado, por sufrágio universal direto e secreto, realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores. E o texto constitucional estadual estabelece, ainda, que a eleição do governador importará a do vice-governador com ele registrado.

Acerca desse assunto, é correto afirmar que o mandato do governador e do vice-governador é de

- (A) quatro anos, permitida a reeleição para um único período subsequente.
- (B) cinco anos, vedada a reeleição.
- (C) seis anos, vedada a reeleição.
- (D) cinco anos, permitida a reeleição para um único período subsequente.
- (E) quatro anos, vedada a reeleição.

Área livre

QUESTÃO 56

De acordo com a Constituição do Estado do Pará, em seu art. 230, tanto o estado como os municípios adotarão os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 para a promoção do desenvolvimento e da justiça social.

A esse respeito, assinale a alternativa que indica outro princípio validado pela carta constitucional estadual.

- (A) O poder público estará isento de eventual conflito entre a livre iniciativa e o interesse público, abstendo-se de intervir contra o abuso do poder econômico e deixando de promover a justiça social.
- (B) Os atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular serão objeto de anistia, de acordo com a lei, isentando-se a pessoa física ou jurídica de quaisquer tipos de responsabilidade.
- (C) O planejamento do desenvolvimento estadual compatibilizará o crescimento da produção e da renda com a sua distribuição entre os vários segmentos da população e as diversas regiões do estado, respeitando as características e as necessidades de cada município, abstendo-se do cuidado em relação à preservação das reservas indígenas.
- (D) O planejamento do desenvolvimento estadual compatibilizará o crescimento da produção e da renda com a sua distribuição entre os vários segmentos da população e as diversas regiões do estado, respeitando as características e as necessidades de cada município, deixando de internalizar, no território paraense, os benefícios da produção.
- (E) O planejamento do desenvolvimento estadual compatibilizará o crescimento da produção e da renda com a sua distribuição entre os vários segmentos da população e as diversas regiões do estado, respeitando as características e as necessidades de cada município, assegurando o respeito ao equilíbrio ambiental.

Área livre

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Questões de 57 a 60

QUESTÃO 57

Assinale a alternativa que apresenta os Poderes do Estado.

- (A) Administração, polícia e defesa.
- (B) Ministério Público, Judiciário e governantes.
- (C) Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (D) Governantes, polícia e Judiciário.
- (E) Legislativo, governantes e Ministério Público.

QUESTÃO 58

Assinale a alternativa que indica exemplos de agentes honoríficos.

- (A) O jurado do Tribunal do Júri e o mesário eleitoral.
- (B) O mesário eleitoral e o conselheiro do Tribunal de Contas.
- (C) O jurado do Tribunal do Júri e o conselheiro do Tribunal de Contas.
- (D) O conselheiro do Tribunal de Contas e os ocupantes de cargo de confiança.
- (E) Os ocupantes de cargo de confiança e os agraciados com comendas das Forças Armadas.

QUESTÃO 59

Assinale a alternativa que corresponde a exemplos de penas decorrentes do poder disciplinar da Administração Pública.

- (A) Multa, detenção e prisão.
- (B) Advertência, multa e suspensão.
- (C) Advertência, detenção e prisão.
- (D) Advertência, suspensão e demissão.
- (E) Detenção, suspensão e demissão.

QUESTÃO 60

Em regra, a anulação do ato administrativo pelo Judiciário ocorre quando o ato é

- (A) inconveniente.
- (B) ilegal.
- (C) inoportuno.
- (D) inapropriado.
- (E) imoral.

Área livre